

RESENHA

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, 333p.

A HISTÓRIA, SUAS FONTES E SUAS ESCRITURAS

Diogo da Silva Roiz¹

ROIZ, D. da S. A História, suas fontes e suas escrituras. **Akrópolis** Umuarama, v. 21, n. 2, p. 141-143, jul./dez. 2013.

Em *Fontes históricas*, Carla Bassanezi Pinsky, Carlos Bacellar, Jorge Grespan, Marcos Napolitano, Maria de Lourdes Janotti, Pedro Paulo Funari, Tania Regina de Luca, Vavy Pacheco Borges e Verena Alberti, apresentaram-nos discussões instigantes sobre o trabalho com fontes, base primordial para o ofício do historiador, como as armazenadas nos arquivos, as de caráter arqueológico (vinculadas à cultura material), as impressas (em especial, das publicações sequenciais, como jornais e revistas), as orais (suas variações, formas de coleta, armazenamento e análise), as biográficas (e sua fortuna crítica e mudanças), as audiovisuais e as de cunho historiográfico, como o próprio livro em pauta – como destacaria o ensaio de Janotti.

Desde quando foi publicado em 2005, o projeto foi tendo ramificações e, em 2009, Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca voltariam a apresentar novos contornos desse empreendimento, com a organização de *O historiador e suas fontes*. O livro reúne trabalhos de Ana Luiza Martins, Antonio Celso Ferreira, Caroline Silveira Bauer, Durval de Albuquerque Júnior, Elias Thomé Saliba, Flavia Galli Tatsch, Júnia Ferreira Furtado, Keila Grinberg, Leandro Karnal, Maria Silvia Bassanezi, Maria Teresa Cunha, Réne E. Gertz, Solange Ferraz de Lima, Teresa Malatian e Vânia Carneiro de Carvalho, que exploram questões como: a memória, a fotografia, a literatura, os testamentos e inventários, os processos criminais, os registros paroquiais e civis, os arquivos de regimes repressivos, as cartas e correspondências, os discursos e pronunciamentos, os diários pessoais, as fontes para o estudo do patrimônio cultural e uma interessante história do(s) documento(s).

O novo recorte de análise, que é aqui explorado, demonstra maior especialização dos textos, do primeiro para o segundo livro, indo de questões mais gerais, de cunho teórico e metodológico, para detalhamentos mais pontuais de determinados corpus documentais. O que refletiria também a diversidade de fontes hoje ao alcance da pesquisa histórica. Mas, em muitos pontos há continuidades entre eles.

De imediato, Karnal e Tatsch nos revelam a complexidade de se tratar a memória (seja ela coletiva ou individual) numa pesquisa. Ao demarcarem seus principais aspectos, formas de tratamento do tema, significados entre as ciências humanas e sociais, sua relações com a história e a literatura, Karnal e Tatsch numa síntese historiográfica do tema nos indicam que “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado

¹Professor do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na unidade de Amambai. Doutor em História pela UFPR, onde está fazendo estágio de pós-doutorado. E-mail: diogosr@yahoo.com.br

por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (p. 24). Em relação a isto, Lima e Carvalho nos oferecem um sugestivo texto sobre os usos sociais e historiográficos das fotografias, em que exploram sua história, desenvolvimento de técnicas e máquinas, os usos tradicionais e os modernos, sua função como obra de arte e como reprodução técnica e sequencial, seus significados e possibilidades de interpretação. Para elas, “é importante o historiador ter claro que a capilaridade da fotografia na sociedade contemporânea garante acervos em praticamente todas as organizações públicas e privadas” (p. 57), o que a torna uma fonte ainda mais promissora no presente, do que o havia sido no passado – apesar de suas evidentes dificuldades para análise.

O texto de Antonio Celso Ferreira nos revela a fecundidade das fontes literárias, quando cotejadas adequadamente na pesquisa histórica. Ao demonstrar como foi definida e de que maneira acabou sendo introduzida na pesquisa histórica, na qual o “método de trabalho do pesquisador depende da problemática que o leva à investigação” (p. 80), ressalta os méritos e as fragilidades da história cultural, que deu suporte a investigação da fonte literária, além de valorizar seus méritos para inquirir as sociedades do passado. Já Júnia Ferreira Furtado se volta para os inventários e testamentos, em que a morte era o fator a instigar o testemunho da vida que foi. Ao abordar suas principais características, dependência com a legislação em vigor, forma de armazenamento, maneiras de serem trabalhados, o seu texto também nos dá testemunho de seu desenvolvimento no tempo, e que no Brasil é promissor para o trabalho com temáticas como: a escravidão, a família, a cultura material, os níveis de riqueza dos indivíduos, grupos e sociedades no tempo e no espaço. Nesse aspecto, “inventários e testamentos são fontes que podem conter informações ecléticas e segredos inesperados para o trabalho de pesquisa do historiador” (p. 115).

Ao vislumbrar a importância dos processos criminais, Keila Grinberg, apresenta-nos uma história nos porões dos arquivos judiciais, que igualmente aos inventários e testamento também são ecléticos e podem revelar segredos inesperados. Para indicar tal questão, a autora refaz alguns itinerários, por meio de casos judiciais, sintetiza a história dessas fontes, assim

como o tratamento dado pela historiografia na sua investigação e formulação de procedimentos:

Mas é claro tudo isso só faz sentido se a leitura da fonte não ficar restrita ao universo do próprio processo. Sua análise é pertinente na medida em que pode ajudar a iluminar um contexto mais amplo, bem como a discutir a produção historiográfica mais geral sobre um período ou uma questão. É justamente na relação entre o particular e o geral, entre a micro e a macro-história, que está a arte do historiador [e onde os processos criminais podem ser mais uma fonte promissora na execução dessa tarefa] (p. 137).

Assim, também nos mostra Maria Silvia Bassanezi, ao perscrutar os registros paroquiais e civis, indicando-os como potenciais reveladores de eventos vitais na reconstituição da história. Por sintetizarem os traços deixados por uma vida, ao registrarem o nascimento, o casamento e a morte (o óbito), são registros vitais, e permitem análises tanto quantitativas, quanto qualitativas, sobre indivíduos, sociedades e territórios inteiros. Mas, essa reconstituição “será mais completa confrontando e cruzando informações dos registros vitais com outras fontes documentais, como têm feito diversos pesquisadores que se debruçam no estudo de temas como: estrutura e dinâmica populacional, escolhas matrimoniais, domicílio e família, ilegitimidade e exposição de crianças, relações de gênero, relações de parentesco, compadrio e amizade, nomeação” (p. 167). Para Gertz e Bauer, por outro lado, os arquivos de regimes repressivos são fontes sensíveis da história recente, por serem ao mesmo tempo testemunhos de um passado ainda próximo e das estratégias de organização e da memória coletiva, ao serem feitos usos diversos do que se situará como discurso oficial e o que será deixado para o esquecimento. E “nunca é demais frisar que a disponibilização de fundos documentais como esses é fundamental para o conhecimento dos fatos e para a escrita da história, assim como para a consolidação dos próprios regimes democráticos” (p. 191).

Debruçando-se sobre o estudo de cartas e correspondências, Teresa Malatian nos mostra como age o narrador, que registro deixa e como são arquivadas. Sendo parte de um momento biográfico, elas nos oferecem fragmentos de uma trajetória, ou até de um grupo de pessoas, no âmbito familiar ou profissional, pois:

Pelas cartas trocadas, percebe-se a organização de um grupo em torno de certos indivíduos que desempenham papel central a partir de um projeto ou objetivo comum. O grupo comporta amizades e ódios, disputas e alianças a que está sujeito. Tais informações serão de grande utilidade também para a compreensão da personalidade de um determinado autor, da construção de sua obra, da recepção de suas idéias (p. 208-9).

Além disso, por evidenciar ainda “a intersecção entre público e privado permite a compreensão de dons e contradons que, sem essa abertura analítica, ficariam ocultos dos olhares do público” (p. 218). Por sua vez, ao destrinchar os efeitos e as dimensões dos discursos e pronunciamentos, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, mostra-nos outra dimensão retórica da historiografia. Para ele, “com o reaparecimento da consciência e preocupação retórica na historiografia, os discursos e pronunciamentos ganham um novo estatuto, não só como fonte histórica, mas como material que requer sofisticados procedimentos de análise e de crítica historiográfica” (p. 243).

Assim como as cartas, os diários pessoais dão os contornos de uma vida, bem como seus entrelaçamentos com outras, e que para Maria Teresa Cunha são eles também um território aberto para a História, por que além de poderem ser cotejados junto a outras fontes, nos informam caminhos, as vezes, inesperados de uma ou várias vidas. Num sugestivo estudo sobre o lugar das fontes para a investigação do patrimônio cultural, Ana Luiza Martins também mostra por que sempre é uma construção permanente. Para ela, a “diversificação de fontes para a História do Patrimônio Cultural é uma construção permanente, que se renova a cada temática, objeto, patrimônio material ou imaterial a ser desvendado, procurando novas estratégias para enriquecimento de leitura e apreensão do documento, num exercício constante de descoberta das representações dinâmicas da história” (p. 305).

Por fim, Elias Thomé Saliba, por meio de uma pequena história do documento, perscrutará as suas aventuras modernas e desventuras pós-modernas. Para ele, seja “como for, o processo ao documento continua”, e a “busca da verdade e da autenticidade pelos traços que subsistiram do passado deve continuar, porque faz parte de nós e de nossa cultura, mas [...] ela será sempre

uma irremediável e errática experiência de finitude e de transitoriedade”. Dado que, como a vida, a história, ou mesmo os livros didáticos, “aqueles que guardamos como relíquias” (p. 325), o processo histórico permanecerá como uma constante tensão entre o vivido, o registrado, o fragmento estrategicamente preservado da ação do tempo, e o trabalho de reconstituição de seus principais traços, que fazem da pesquisa histórica, o testemunho de uma época, por meio do uso e da interpretação dos testemunhos, dos documentos, de outras. Nesse sentido, o conjunto dos textos aqui reunidos é um convite a pesquisa, ao conhecimento e ao estudo do passado, em meio à variedade de fontes e testemunhos que o cercam, e o tornam, por isso, tão arduo e difícil de ser (totalmente) apreendido.

REFERÊNCIAS

PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.